



## CPI ouve hoje três envolvidos em gravações nos Correios

Pauta da semana inclui ainda depoimentos de dois ex-diretores da estatal, do deputado Roberto Jefferson e de seu genro, Marcus Vinicius Vasconcelos. Requerimento de nova CPI será lido amanhã em sessão do Congresso Nacional

Páginas 3 a 5

### Jonas e Borges apóiam produtor em protesto contra a crise

Produtores rurais de todo o país promovem, de hoje até quinta-feira, o movimento "Tratoração: o Alerta do Campo", em Brasília. Os senadores Jonas Pinheiro e César Borges advertiram o governo sobre a extensão da crise no campo, responsável por prejuízos que atingem R\$ 10 bilhões.

Página 6

### Congresso escolhe membros da Comissão Representativa

Os senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional para o período de 1º a 31 de julho deverão ser escolhidos na sessão deliberativa de hoje, a partir das 14h. Caberá a essa comissão responder pelo Congresso durante o período de recesso parlamentar.

Página 7



Jane Araújo

**MUDANÇA** Entre Aloizio Mercadante (D) e o representante da Unesco, Jorge Werthein, Renan Calheiros apela por votação de projeto sobre referendo

### Armas de fogo matam mais que conflitos bélicos, diz estudo

As armas de fogo mataram 550 mil pessoas no Brasil em 24 anos, em contraste com 125 mil vítimas nos 52 anos de disputa territorial entre Israel e a Palestina. A afirmação

foi feita pelo assessor da Unesco Julio Jacobo Waiselfisz, no lançamento de seu livro *Mortes matadas por arma de fogo no Brasil - 1979-2003*, ontem de manhã, na Presidência

do Senado. Deputados e senadores compareceram ao lançamento, que se transformou em ato público pela aprovação do projeto que autoriza o referendo sobre proibi-

ção da venda de armas e de munições no país. O senador Renan Calheiros participou também da abertura de uma vigília de prece e jejum em favor do referendo.

Página 8

## Votação da LDO depende de acordo político

Página 7



Fotos: Roosevelt Pinheiro



**SEQÜÊNCIA** Pavan afirma que medidas do governo são continuação do que fez Fernando Henrique

## Pavan diz que FHC iniciou combate ao trabalho escravo

Apesar de reconhecer o mérito do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no combate ao trabalho escravo, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ontem que as medidas que vêm sendo implementadas são “uma seqüência daquelas adotadas na gestão de Fernando Henrique Cardoso”. Como exemplo, Pavan lembrou que, há exatos dez anos, FHC editava o decreto de criação do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf).

– A participação do governo Fernando Henrique no reconhecimento da escravidão e nas medidas para combatê-la têm sido omitidas pelo governo atual, que, em geral, atribui a si todos os êxitos – declarou.

Ele também recordou que, na mesma época do surgimento do Gertraf, criou-se o Grupo Móvel de Fiscalização, “um dos serviços mais eficientes da República no combate ao trabalho escravo”. Segundo o parlamentar, “as medidas levaram a um declínio significativo das ocorrências de trabalho forçado”.

O senador ressaltou que o Gertraf foi extinto em 2003 e, em seu lugar, foi criada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Forçado (Conatrae).

# Agenda

## Plenário dá prioridade a projeto que libera verba para o Haiti

O destaque no Plenário, com sessão às 14h, é a votação do projeto de conversão (PLV 14/05) que libera R\$ 299 milhões

à Presidência da República, aos ministérios da Justiça e da Defesa e aos encargos financeiros da União. O texto

tranca a pauta de votações. Parte da verba destina-se a ajudar países atingidos pelo tsunami e à missão de paz da ONU no Haiti.

## Renan participa de fórum sobre transportes e ato contra armas

Às 9h30, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da abertura do 1º Fórum Senado Debate Brasil, que vai discutir o setor de transportes. Às 14h30, comparece ao ato público A Via-Crúcis do Brasil Sem Armas; às 15h, recebe representantes

do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; da Biblioteca Nacional; da Fundação Nacional de Artes; da Fundação Cultural Palmares; e do Ministério da Cultura. Às 19h, vai ao lançamento do livro *Jornalismo Político*.

## CPI dos Correios ouve envolvidos em gravação

Às 9h, a CPI dos Correios ouve outras pessoas envolvidas na gravação do vídeo que gerou a investigação sobre corrupção nos Correios: Joel dos Santos, o interlocutor; Jairo Martins, responsável pelo equipamento; e Ar-

mando Molina, que teria chantageado o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) pelo teor do material. A partir das 11h, a Comissão Especial de Rondônia continua a apurar denúncias de pedido de propina dos deputados estaduais.



## Em debate, impacto ambiental de hidrelétrica

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discute, às 11h30, os impactos ambientais causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado,

no Tocantins, com a participação de prefeitos dos municípios afetados. A Subcomissão das Agências Reguladoras reúne-se às 11h15 para votar requerimento solicitando audiência.

## Reforma agrária e crise na agricultura

A reforma agrária é o tema da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 11h30, que ouve os dois ex-presidentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o titular do cargo. Às 15h, a CRA reúne-se com

os produtores rurais que participam da marcha a Brasília, apelidada de “tratoação”, para debater a crise na agricultura. A renegociação das dívidas rurais (PLS 517/03) será discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h.



## LDO e Infra-Estrutura

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se às 15h para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) pode examinar projeto que torna locais as tarifas de ligações telefônicas entre pontos de regiões metropolitanas criadas pelos estados, e entre áreas de um mesmo município.

## Educação e Direitos Humanos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se às 11h para discutir proibição de instituições de ensino superior exigirem dados econômicos dos candidatos durante o processo seletivo. Às 12h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pode votar isenção de taxas bancárias para aposentados que ganham até um salário mínimo.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**REVIRAVOLTA** Augusto afirma que a reforma precisa provocar um grande choque no sistema político

## Augusto defende votação da reforma política

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu a votação da reforma política até setembro para que as mudanças possam vigorar nas eleições de 2006. Para Augusto, o Congresso está diante de uma oportunidade para mudar a imagem dos políticos.

Ele disse que a reforma precisa ultrapassar a fronteira do fortalecimento dos partidos, do cumprimento da fidelidade partidária, das mudanças no sistema eleitoral, de melhores formas de financiamento das campanhas, entre outras questões.

– Ela deve provocar um grande choque em todo o sistema político – assegurou o senador.



**CUSTO** Garibaldi demonstra preocupação com o financiamento público de campanhas eleitorais

## Garibaldi pede debate mais aprofundado

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), ao observar ontem que o momento exige um olhar responsável para o futuro, manifestou sua preocupação quanto à reforma política, debate que, em sua opinião, deve ser aprofundado.

Garibaldi destacou que os jornais do fim de semana advertem para alguns equívocos com relação ao processo de reforma política, entre eles o financiamento público de campanha e a lista de deputados. Esses equívocos poderiam beneficiar os atuais parlamentares, reconduzindo-os à Câmara em 2006.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações





Semana de muitos depoimentos na comissão de inquérito que investiga casos de corrupção nos Correios. No Plenário, José Jorge e Heloísa Helena comentam novas denúncias publicadas em revistas do país. Já Suassuna pede tranquilidade durante as audiências

## Responsáveis por gravação falam hoje à CPI

A comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de corrupção nos Correios vai ouvir hoje, a partir das 9h, três pessoas envolvidas com a gravação e divulgação do vídeo que flagrou Maurício Marinho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da estatal, recebendo propina. São eles: Joel Santos, advogado que se apresentava como Goldman na gravação; Jairo Martins, ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), suspeito de ter entregue a fita à imprensa; e Arlindo Molina, oficial reformado da Marinha, acusado de chantagear o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) com a gravação.

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), garantiu que a comissão



**CONTINUIDADE** Comissão poderá funcionar durante o recesso parlamentar de julho, caso haja acordo nas duas Casas

são vai funcionar normalmente durante o período de recesso, no mês de julho. Segundo ele, há divergências entre os parla-

mentares na interpretação do Regimento do Senado e do Regimento Comum do Congresso no que se refere ao tema. O se-

nador informou que a própria coordenação da CPI busca as salvaguardas jurídicas necessárias para garantir o andamento

dos trabalhos no período do recesso parlamentar.

Após reunião da bancada do PT, no início da noite de ontem, Delcídio Amaral desmentiu que teria solicitado afastamento da liderança do partido, conforme chegaram a anunciar alguns jornais. Segundo informou, em virtude das atividades "intensas" da CPI, a bancada resolveu atribuir aos vice-líderes e aos demais membros novas funções, reforçando sobretudo a ação política nas comissões, tendo à frente a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), e no Plenário, que contará com a participação mais expressiva do senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Delcídio disse ainda que a CPI já aprovou requerimento de convocação do publicitário Marcos Valério.

### Roberto Jefferson deve depor na quinta-feira

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI dos Correios, informou ontem que Marcos Valério, acusado de ser o operador do esquema do "mensalão" e proprietário da SMP&B, que detém a conta de publicidade dos Correios, deverá depor na próxima semana, depois do deputado Roberto Jefferson, que será ouvido nesta quinta-feira.

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, confirmou que a convocação do publicitário, que já havia sido aprovada, será

antecipada "diante dos últimos fatos". Delcídio se referiu a reportagem da revista *IstoÉ* que mostra dados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) sobre saques em dinheiro vivo, de R\$ 20,6 milhões, de contas da SMP&B.

Heráclito Fortes (PFL-PI), membro da CPI, afirma ser fundamental a quebra imediata do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Marcos Valério. Já para Ideli Salvatti (PT-SC), a CPI não pode se deixar guiar pelas denúncias da imprensa.



**CRÍTICA** Para Suassuna, "gritaria e violência" nas audiências prejudicam a imagem do Congresso

### Suassuna pede calma nos depoimentos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o acirramento dos ânimos nas audiências das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) prejudica a imagem do Congresso e compromete o bom andamento dos trabalhos. O senador lembrou que existem três comissões de inquérito funcionando nas duas Casas, entre elas a CPI dos Correios, mas ponderou que o Congresso ainda tem o Orçamento da União para votar.

Suassuna assinalou que, com "gritaria e violência", as audiências se tornam completamente improdutivas.

### José Jorge quer a demissão dos ministros envolvidos

Ao registrar que pelo quarto final de semana consecutivo as principais revistas do país estamparam em suas capas denúncias sobre o escândalo nos Correios e o pagamento de mesada a deputados, o senador José Jorge (PFL-PE) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que "reaja e assuma uma posição". A sugestão do parlamentar é que o presidente demita todos os ministros envolvidos em denúncias e os que não estão obtendo bom desempenho em sua pasta.

– O que se espera do presidente Lula, além de palavras, são ações. Que ele tome a iniciativa de afastar todos os envolvidos com corrupção. Pelo que a imprensa está divulgando, ele quer devolver para a Câmara e para o Senado os ministros com mandato, que formariam uma "tropa de choque". Esses parlamentares no máximo poderiam formar uma "tropa do cheque" – afirmou.

O senador também expressou sua preocupação com a possibilidade de o presidente ficar refém do PMDB na tentativa do governo de se aproximar



**COBRANÇA** "O que se espera do presidente, além das palavras, são ações", afirma José Jorge

do partido. Ele considerou errada a decisão do Planalto de oferecer quatro ministérios ao PMDB, que também terá todos os cargos dos órgãos.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a reforma deveria incluir todos os ministros que pretendem disputar as próximas eleições, para evitar nova mudança já no começo do próximo ano.

Ao final do seu pronunciamento, José Jorge comunicou que encaminhou ofício ao presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), solicitando que o partido expulsa dos seus quadros o presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, Carlão de Oliveira.

### Heloísa: cadeia para "delinquentes de luxo"

Destacando as novas denúncias de corrupção no governo veiculadas no fim de semana, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) voltou a protestar contra o assalto dos "delinquentes de luxo" aos cofres públicos. A parlamentar foi veemente ao propor que essa "forma de banditismo" seja atacada com os mecanismos previstos na legislação:



**RIGOR** Heloísa Helena defende punição aos envolvidos em crimes contra a administração pública

cadeia para os corruptos e envolvidos com crimes contra a administração pública.

– Fica difícil ter paciência quando alguém saqueia os cofres públicos – desabafou.





Denúncias de corrupção motivam debate em Plenário. Líder do PFL, José Agripino vê conexão entre os casos dos bingos, do "mensalão" e dos Correios; Alvaro Dias pede reforço de equipe técnica para CPI; e ACM acredita que publicitário é artífice de mesada

## Agripino: "mensalão", bingos e Correios estão ligados

Na avaliação do líder do PFL, José Agripino (RN), existe uma ligação entre as denúncias de corrupção nos Correios e de pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio ao governo e o caso Waldomiro Diniz/Carlinhos Cachoeira. O senador afirmou ontem que alguns dos pivôs dessas crises, como o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, e Waldomiro Diniz tinham trânsito livre na Casa Civil da Presidência.

A descoberta de saques da ordem de R\$ 20 milhões realizados pelo publicitário Marcos Valério (dono das agências de publicidade DNA e SMP&B) no Banco Rural estaria relacionada, na interpretação de Agripino, com os R\$ 4 milhões que



**AVALIAÇÃO** "Se Lula não sabia, não sabe o que acontece em seu governo", afirma Agripino

o deputado Roberto Jefferson disse ter recebido do PT, por intermédio de Valério, para financiar campanhas eleitorais do PTB, e também com o suposto pagamento do "mensalão" a

deputados federais. De acordo com Jefferson, o dinheiro teria sido entregue com cintas do Banco Rural, lembrou o senador. E foi o mesmo Jefferson quem denunciou a existência do "mensalão", acusando o ex-ministro José Dirceu, Delúbio e Sílvio Pereira.

– Estou deduzindo, e acho que há ligação entre "mensalão", Correios e bingos. O contrato ganho foi nos Correios. Quem são os operadores da CPI dos Correios e do "mensalão"? Delúbio, Sílvio e Marcelo Sereino, funcionários da Casa Civil. E Waldomiro era funcionário de onde? Da Casa Civil da Presidência da República. Se Lula sabia, prevaricou. Se não sabia, não sabe o que acontece em seu governo.



**PERPLEXIDADE** Alvaro estranha que militante do PT tenha sido expulso por denunciar corrupção

### Alvaro pede reforço para equipe da CPI

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que seja reforçada a equipe técnica que atua na CPI dos Correios, argumentando que os trabalhos da comissão deverão ser ampliados diante das novas denúncias que vêm sendo publicadas na imprensa, com o estabelecimento de ligações entre o escândalo dos Correios

e o chamado "mensalão". O senador entende que funcionários da Polícia Federal, do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União e do Banco Central poderão ajudar a apurar "o esquema de corrupção sem precedentes".

Alvaro afirmou que, embora as provas testemunhais sejam "robustas e fartas", há a necessidade de buscar provas documentais para dar consistência às denúncias.

O senador disse ter ficado perplexo com as declarações de Paulo de Tarso Venceslau, um dos fundadores do PT, publicadas no domingo na *Folha de S. Paulo*. Segundo a reportagem, o militante foi expulso do partido em 1997 por denunciar um esquema de corrupção na prefeitura de São José dos Campos (SP) operado por Roberto Teixeira, um compadre e benfeitor de Lula. Paulo de Tarso teria avisado o atual presidente e recebido em troca o pedido de Lula "pela sua cabeça".

### PFL decide sobre CPI dos Bingos

Os senadores do PFL devem se reunir hoje para decidir se defenderão a instalação imediata da CPI para investigar as denúncias de corrupção envolvendo Waldomiro Diniz. Segundo o líder do partido, José Agripino (RN), essa é a tendência na bancada.

– Não concordo com nenhum entendimento para adiar a instalação da CPI dos Bingos, que foi objeto de demanda judicial no Supremo Tribunal Federal e é uma vitória das minorias – declarou o líder do PFL.

Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou preferir a instalação da comissão de inquérito apenas em agosto. Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou. Para ele, se for instalada já, a CPI dos Bingos pode encontrar dificuldades para funcionar em julho, mês em que deve haver recesso parlamentar.

Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou acreditar que não há impedimentos para a instalação imediata da comissão, tendo em vista que há um entendimento no Congresso de que as CPIs continuem seus trabalhos durante o recesso.

## "Mensalão" poderá ser investigado só na Câmara

Se o Projeto de Resolução 248/05 for aprovado hoje na Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, a denúncia do "mensalão" feita pelo deputado Roberto Jefferson poderá ser investigada apenas na Câmara. Alguns senadores já se manifestaram favoráveis a essa possibilidade.

– Como se trata de denúncias envolvendo deputados, é melhor que sejam investigadas pela Câmara – sustentou o líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE).

O mesmo argumento é defendido por Ideli Salvatti (PT-SC), para quem "não se justifica uma investigação mista".

Há duas propostas de criação de CPIs para investigar o "mensalão". Um requerimento cujas assinaturas foram recolhidas pelas lideranças do PPS, do PV e do PDT na Câmara e no Senado pede a instalação de uma CPI mista. A comissão pode ser instalada amanhã, com a leitura do requerimento em sessão do Congresso Nacional.

Entretanto, os líderes dos



**ACUSAÇÃO** Roberto Jefferson denunciou que deputados recebiam mesada para apoiar governo

partidos da base aliada na Câmara apresentaram uma proposta de resolução em que também solicitam a instalação de uma comissão de inquérito, mas exclusivamente na Câmara. Como já existem cinco CPIs em atividade naquela Casa, o projeto precisa ser aprovado pela CCJ e pelo Plenário. Se a proposta for aprovada, a comissão não só irá investigar o "mensalão", mas também as suspeitas de compra de votos durante o governo Fernando Henrique para a aprovação da emenda constitucional que autorizou a reeleição.

### Para ACM, publicitário é "cínico"

Ao citar conceito filosófico de que "as evidências não se provam, sentem-se", o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse acreditar que o publicitário Marcos Valério é o principal artífice da distribuição do "mensalão". Para ele, a Polícia Federal e o Ministério Público já têm indícios suficientes até para prendê-lo.

– Marcos Valério é um dos maiores cínicos que eu já vi na minha vida, o cinegrafista da TV Globo esperou até ele chorar para gravar – afirmou, referindo-se à defesa de Valério às acusações do deputado Roberto Jefferson, segundo as quais ele era responsável por transportar o dinheiro que seria distribuído pelo PT para ajudar nas campanhas de partidos aliados e para pagar o "mensalão" a deputados do PL e do PP, em troca de apoio a projetos do governo.

Antonio Carlos enalteceu a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de instalar a CPI dos Bingos. Para



**elogio** Antonio Carlos apóia decisão do presidente do Senado de instalar CPI dos Bingos

o senador, instalar a comissão não é só obedecer à decisão do Supremo Tribunal Federal, é obedecer à vontade do Congresso. O STF, em resposta a mandado de segurança de alguns senadores, decidiu que o presidente do Senado deve indicar integrantes para a CPI, caso os líderes não o façam.

#### Tratoração

Antonio Carlos demonstrou apoio à manifestação conhecida como "tratoração nacional" em Brasília. O movimento é coordenado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e visa reivindicar junto ao governo medidas emergenciais para contornar a crise que assola o setor agrícola.



Para Virgílio, país está vivendo "dias sombrios". Ideli alerta para interesses econômicos por trás das denúncias, argumento criticado por Heráclito. Já Renan defende permanência do PMDB no governo

## Arthur Virgílio: falta maturidade ao presidente para governar o país

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), disse que o Brasil está vivendo "dias sombrios e inquietos", acrescentando que falta maturidade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para governar o país.

– Deve procurar um psiquiatra ou um psicólogo quem não tem noção do tamanho da crise pela qual passa o país – observou.

Virgílio classificou como "incompetência" do presidente sua decisão de posar para fotografias com as lideranças do PMDB sem que o acordo entre o governo e o partido tenha



Roosevelt Pinheiro

**CRÍTICA** Para Arthur Virgílio, Lula erra ao posar para fotos com líderes do PMDB antes de fechar acordo

sido acertado. Para o senador, a resistência de governadores e parlamentares do PMDB

inabilita o governo à divulgação desse acordo. Além disso, acrescentou, a atual crise foi gerada justamente pelo fato de o governo ter negociado cargos com outros partidos.

O parlamentar criticou ainda o fato de o governo não gerar fatos positivos para sua administração, dando margem a escândalos, decorrentes da sua inoperância.

– De meias verdades em meias verdades, esse governo pode acabar em trevas – previu, reiterando que o presidente da República e integrantes do governo parecem demonstrar

que ignoram a repercussão das denúncias do deputado Roberto Jefferson na Comissão de Ética da Câmara.

Para Virgílio, "falta ao governo Lula a velha sabedoria do antigo Partido Social Democrata". O senador lembrou que aquele partido cumpria o que combinava com os líderes de oposição e era coerente com suas metas administrativas quando no governo. O senador citou o deputado federal Paulo Delgado (PT-MG) que, em entrevista à imprensa, disse que somente uma coisa pode salvar o PT: a verdade.



Jane Araújo

**GOVERNABILIDADE** Renan Calheiros propõe que seu partido mantenha o apoio ao governo federal

## PMDB pode evitar agravamento da crise, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que o PMDB tem que deixar a questão eleitoral para o próximo ano e tratar da governabilidade. Renan acredita que o partido tem papel fundamental no sentido de evitar que a atual crise política leve o país à instabilidade econômica.

– Ninguém entenderia o desembarque do PMDB numa hora grave da vida nacional como essa – declarou.

O presidente do Senado disse que na conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o presidente do PMDB, deputado Michel Temer, não houve quantificação de ministérios. Perguntado sobre uma possível insatisfação de deputados pela falta de liberação de recursos do Orçamento, Renan disse que num acordo político desta magnitude, em que está em jogo a estabilidade do país, tratar de liberação de emendas e de números de ministérios são questões menores.

– O que é relevante é a estabilidade do país e, para isso, é necessária a presença do PMDB na governabilidade – frisou.

### Decisão

Renan considera que não há necessidade de se realizar uma convenção nacional para discutir a participação do partido no governo, pois entende que as bancadas do PMDB e a executiva do partido têm poder para tomar tal decisão. Ele lembrou que essa participação não implicaria em abrir mão de candidatura própria à Presidência da República.

Líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB) entregou ao líder do partido na Câmara, deputado José Borba (PR), nota em que 20 dos 23 senadores do PMDB concordam em manter o partido no governo. José Borba deve reunir a bancada hoje para decidir sobre o assunto.

## Para Ideli, investigação deve chegar até os corruptores

Ao fazer uma avaliação positiva dos trabalhos realizados na semana passada pela comissão parlamentar de inquérito que apura indícios de corrupção nos Correios, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) fez um apelo para que as investigações sejam profundas o suficiente "para chegar aos corruptores, não somente aos corruptos". Ela fez referência à reportagem da revista *Carta Capital*, que levanta a possibilidade de o Banco Opportunity ter orientado a secretária Fernanda Karina Somaggio a depor contra seu ex-patrão, o publicitário Marcos Valério.

A senadora explicou que, segundo a reportagem, o Opportunity teria, no ano passado, tentado cooptar funcionários da agência de publicidade de Marcos Valério, a SMP&B, até encontrar a secretária, que havia sido demitida alguns meses antes. O motivo seria uma briga entre o publicitário e o banqueiro Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity.

Valério foi acusado pelo deputado Roberto Jefferson de transportar o dinheiro que seria distribuído pelo PT para campanhas de partidos aliados e para pagar o "mensalão" a deputados do PL e do PP, em



Roosevelt Pinheiro

**COERÊNCIA** Grupos econômicos que se beneficiam com a corrupção devem ser identificados, afirma Ideli

troca de apoio a projetos do governo. A empresa de Valério detém a conta da publicidade dos Correios.

– Espero que tenhamos capacidade política para conduzir os trabalhos da CPI e que consigamos chegar aos grupos econômicos que realmente se beneficiam com a corrupção – salientou a parlamentar.

Ideli também considerou "bastante estranho" um artigo intitulado "Além de corruptos, golpistas" publicado ontem na *Folha de S. Paulo*, de autoria do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ela disse ter tido a impressão, ao ler o artigo, de que foi o governo do PT que inventou a corrupção, "como se não fosse algo engendrado na máquina pública".

## Heráclito vê semelhanças entre crise atual e a de Collor

"Queria elogiar a postura da senadora Ideli, a sua coragem em subir à tribuna do Senado para defender um amigo, um correligionário: o publicitário Marcos Valério." Foi dessa forma que o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) iniciou um discurso recheado de ironias e críticas ao pronunciamento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), no qual ela leu trechos da matéria da revista *Carta Capital*, que estabelece conexões entre Marcos Valério, Daniel Dantas, integrantes do PT e o depoimento da secretária Fernanda Somaggio.

A *Carta Capital* revela que o publicitário Marcos Valério (acusado de ser um dos operadores do tesoureiro do PT, Delúbio Soares) disse a amigos que uma briga entre ele e Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity, teria motivado o banqueiro a tentar cooptar empregados de sua empresa, a SMP&B. A revista também atribui a Valério a informação de que a secretária Fernanda Karina, demitida poucos meses antes, teria aceitado a sondagem do Opportunity.

Heráclito ironizou ainda o fato de a senadora ter reproduzido apenas trechos da *Carta Capital* em vez de referir-se



Roosevelt Pinheiro

**IRONIA** Segundo Heráclito Fortes, a senadora teria defendido "o amigo e correligionário Marcos Valério"

também a matérias publicadas nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, que trouxeram novas denúncias sobre corrupção que envolveriam o PT. Ele citou semelhanças entre os escândalos atuais e os registrados no governo de Fernando Collor de Mello: o fato de ter um tesoureiro envolvido e a possibilidade de haver um esquema de corrupção nos fundos de pensão.

– Venho dizendo que o grande escândalo do governo Lula vai envolver fundo de pensão. O mesmo crime cometido no governo Collor está se repetindo agora – ressaltou.

Logo em seguida, Ideli pediu a palavra para negar que tenha defendido Marcos Valério e declarou que Heráclito distorceu suas palavras.





**"ABERRAÇÕES"** Cristovam critica coronel que lamentou não haver torturado atual presidente do PT

## Sessão solene da Câmara choca Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou ontem que irá apresentar requerimento de repúdio ao uso da tribuna da Câmara dos Deputados pelo coronel Lício Augusto Maciel na sessão solene da última sexta-feira, pelas "aberrações políticas e éticas" ditas. Durante o evento requerido pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), relatou o senador, o coronel disse estar arrependido de não haver torturado um jovem que lutava pela democracia no Brasil na clandestinidade, no caso o atual presidente do PT, José Genoino.

– Poucas vezes eu fiquei tão chocado. Depois de 20 anos de democracia, e na tribuna que nós lutamos tanto para abrir, vi um representante das Forças Armadas dizer que se arrependia de não ter torturado um militante de esquerda. Foi uma manifestação claramente antidemocrática e que não respeitou a dignidade de um cidadão que lutou pela democracia. Eu me identifico com José Genoino porque ele lutava pelo lado certo e de uma maneira respeitável, dedicando a parte mais rica de sua juventude a essa causa. Gestos revanchistas e isolados como esse, aliados à falta de solução para a violência, para a concentração de renda e para a pobreza, podem criar uma cultura golpista no Brasil – alertou.



**REALIDADE** Suplicy lê documento que diz existir 1,4 bilhão de pessoas sem acesso à água

# Produtores rurais fazem protesto contra a crise

■ De hoje até quinta-feira, cerca de 15 mil agricultores promovem "tratoração" na Esplanada

A partir das 10h de hoje até a próxima quinta-feira, produtores rurais de quase todo o país promovem o movimento "Tratoração: o Alerta do Campo", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O protesto tem o objetivo de sensibilizar o governo federal para a crise enfrentada pelo setor nos últimos meses.

A estimativa é de que cerca de 15 mil agricultores de 12



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**MANIFESTAÇÃO** Jonas Pinheiro anuncia que participará da passeata de tratores e caminhões em Brasília

estados participem da manifestação. De acordo com a Confederação da Agricultura e

Pecuária do Brasil (CNA), uma das entidades organizadoras do movimento, 2 mil tratores e caminhões deverão desfilar na Esplanada dos Ministérios.

Vários senadores, a exemplo de Jonas Pinheiro (PFL-MT) e César Borges (PFL-BA), têm procurado alertar o governo sobre a crise no campo, agravada nos últimos meses, segundo os parlamentares, por conta da defasagem cambial, da queda de preços dos produtos e de perdas na produção devido a problemas climáticos como a seca. A crise afeta especialmente as culturas de soja, arroz, milho, algodão, trigo, feijão, vinho e bovinocultura de corte.

## César Borges diz que safra teve prejuízo de R\$ 10 bi

A manifestação dos produtores rurais, denominada "tratoração", que deve tomar conta da Esplanada dos Ministérios hoje, levou o senador César Borges (PFL-BA) a apelar por maior atenção do governo federal para as reivindicações do setor agrícola. Segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a perda de produção na safra 2004/2005, decorrente de problemas climáticos, chegou a 18,2 milhões de toneladas, o que projeta um prejuízo de até R\$ 10 bilhões.

– A crise é grave e é preciso que o governo saia da posição de imobilismo – cobrou.

César Borges lamentou que um setor que responde por 33% da produção do país, por 37% dos empregos gerados e que obteve crescimento de 9% em 2003 amargue prejuízos, decorrentes principalmente de aumento dos custos de

produção, queda dos preços agrícolas, problemas climáticos, defasagem cambial e dificuldades para prorrogação de empréstimos. As saídas para a crise também deve ser discutidas no Congresso Nacional, assinalou o senador.

### Corrupção

César Borges parabenizou os meios de comunicação do país pelas denúncias de corrupção. Ele disse que o Congresso Nacional está a reboque da mídia nesse episódio. Na sua opinião, a comissão parlamentar mista de inquérito que investiga denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CPI dos Correios) não vem atuando com a agilidade devida e carrega a suspeita de que irá promover uma investigação "chapa-branca", por ser dirigida apenas por governistas.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) endossou a



**DEBATE** César Borges destaca que saídas para crise serão discutidas no Congresso Nacional

preocupação de César Borges com a agricultura brasileira, apontando o governo federal como devedor desse setor.

Sobre a CPI dos Correios, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que todo o processo de instrução das licitações na empresa fosse disponibilizado aos membros da comissão antes do depoimento de seus ex-diretores.

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a "conduta retilínea" do senador Delcídio Amaral (PT-MS) à frente da CPI dos Correios.



**SAÍDA** Senador afirma que medida é semelhante à instituída para resolver crise energética

## Alberto Silva propõe câmara de gestão

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs ontem a criação pelo governo federal de uma câmara de gestão para recuperar as estradas brasileiras, à semelhança do que foi instituído por ocasião da crise energética durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Ao enfatizar que considera as estradas em uma situação de calamidade, com o governo precisando recuperar pelo menos 40 mil quilômetros de pavimentação, o senador disse que a infra-estrutura do Ministério dos Transportes é pequena para um problema de tal envergadura.

De acordo com o parlamentar, uma câmara de gestão mobilizaria cerca de cem empresas de engenharia, que entregariam, até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cerca de 30 mil quilômetros de estradas em condições de serem usadas. Alberto Silva afirmou que transmitia uma experiência dele como governador do Piauí e destacou que o país teria uma economia de R\$ 6 bilhões somente em óleo diesel.

## Suplicy afirma que a água é um direito humano universal

Com o propósito de contribuir para o aprofundamento das discussões sobre o uso da água, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu da tribuna do Plenário a Declaração da Água como Direito Humano Universal. O documento registra que há no mundo mais de 1,4 bilhão de pessoas sem acesso a água potável e 2,4 bilhões sem

acesso a redes de distribuição de água e saneamento básico.

Danielle Mitterrand, viúva do ex-presidente da França, Françoise Mitterrand, foi, de acordo com Suplicy, quem o alertou sobre a importância desse documento. Ele propõe, entre outras medidas, que seja instituído o direito humano universal à água. Apresentada em Roma,

em 2003, a declaração defende, entre suas recomendações, a constitucionalização do direito à água, mediante sua inclusão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na constituição de todos os Estados e nos estatutos das coletividades municipais, provinciais e regionais.

O senador comunicou que

no domingo, durante reunião realizada no Teatro Oficina, na capital paulista, recebeu o apoio de políticos, artistas, intelectuais e representantes de associações de bairro para que volte a se candidatar a uma cadeira no Senado. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI) se solidarizaram com Suplicy.



## Mão Santa critica governo por desigualdade social no Brasil

Ao criticar ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Mão Santa (PMDB-PI) – foto – lamentou a grande desigualdade social no Brasil, expondo estatísticas divulgadas pelo Banco Mundial. Conforme a instituição, 10% dos mais ri-

cos concentram 47% da renda produzida no Brasil, enquanto os 40% mais pobres detêm 2,6% da renda.

– Essa desigualdade, segundo o relatório, tem custos elevados e explica boa parte da explosiva violência que caracteriza

nosso país – disse o senador, recordando ao presidente a leitura do livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Ao comentar as críticas de Mão Santa com relação à aliança entre o PT e o PMDB, Paulo Paim (PT-RS) assinalou o que

chamou de “aliança que deu certo”. O parlamentar informou que o trabalho conjunto de PT, PDT, PSOL e PPS em defesa do Quilombo Silva, localizado em Porto Alegre, está prestes a garantir a titularidade definitiva das terras aos quilombolas.

### Escolha da Comissão Representativa

Os senadores que integrarão a Comissão Representativa do Congresso para mandato de 1º a 31 de julho deverão ser escolhidos na sessão deliberativa de hoje, a partir das 14h. Caberá a eles e aos deputados que vierem a ser eleitos para o mesmo colegiado responder pelo Congresso durante o período de recesso parlamentar, caso esse venha a ser confirmado até o fim da semana.

Entre as várias atribuições da comissão, segundo o estabelecido na Resolução 3/90 do Congresso Nacional, estão as de fiscalizar atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta, convocar ministros e exercer outras atividades de caráter urgente “que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte sem prejuízo para o país ou suas instituições”.

#### Condições

Para que o Legislativo entre em recesso, porém, ainda há duas condições. A primeira, de natureza formal, é a de que se complete o processo de votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. É baseado nessa lei que o Poder Executivo vai elaborar a sua proposta orçamentária para o ano que vem. E sem a aprovação da LDO, como determina o parágrafo 2º do artigo 57 da Constituição, o Congresso não pode interromper seus trabalhos no meio do ano.

A segunda condição tem cunho político. Os partidos de oposição não desejam interromper os trabalhos sem que seja firmado um compromisso com a bancada governista para a continuidade dos trabalhos da CPI dos Correios.

Segundo interpretação dos opositores, não seria necessário um ato de autoconvocação do Congresso. Poderia ser aplicado o Regimento Interno da Câmara: segundo o parágrafo 3º do artigo 35, a comissão “poderá atuar também durante o recesso parlamentar”.

## Paim pede inclusão social e distribuição de renda

■ Senador diz que é preciso democratizar resultados econômicos positivos obtidos na gestão Lula

Depois de apresentar diversos números que mostram a melhoria da economia brasileira no governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu uma democratização desses resultados positivos, por meio de um choque de distribuição de renda e inclusão social. Ele também aconselhou o governo federal a democratizar as decisões do governo, estabelecendo diálogo com a oposição e ampliando a parceria com o Congresso Nacional.

– Por que não termos encontros mensais entre os líderes da situação e da oposição com o próprio presidente da República, para dialogarmos sobre aquilo



VALOR Paulo Paim defende medidas como a recuperação do poder de compra do salário mínimo

que de fato interessa à nação? – questionou, enfatizando que um novo pacto federativo implica democratização das decisões.

Em defesa da redução das desigualdades, Paim sugeriu diversas medidas, que chamou de “pilares para democratizar a economia”. Entre elas, está a recuperação do poder de compra do salário mínimo como instrumento de redução das diferenças

sociais. Para ele, o salário mínimo poderia chegar a R\$ 400 já em 1º de maio de 2006. Outra medida apresentada pelo senador foi a redução da jornada de trabalho, sem diminuir o salário, o que poderia gerar mais de 2,8 milhões de empregos diretos.

– É preciso democratizar a economia e transferir as benesses para o campo social. Democratizar a economia é fazer com que ela alcance também aqueles que estão fora dos direitos da cidadania – destacou Paim.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a concentração de renda, dizendo que só no ano passado o número de milionários no país cresceu 7,1%, somando 98 mil pessoas.

Paulo Paim fez ainda apelo ao Senado para que aprove a PEC Paralela – proposta de emenda constitucional que ameniza os efeitos da reforma da Previdência – antes do recesso previsto para julho.

## Mesquita Júnior quer ouvir o povo sobre dívida externa

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) afirmou ontem que a maior corrupção no país é o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Ele avisou que vai propor ao Senado Federal a realização de plebiscito nacional para saber o que a população brasileira acha do assunto.

– O pagamento dessa dívida externa cruel pesa sobre os ombros dos brasileiros. O povo tem o direito de se manifestar. Devemos continuar a pagar? Devemos fazer uma auditoria? Essa dívida é legítima ou não? – questionou, da tribuna.

Para Mesquita Júnior, a dívida externa do país foi contraída ao longo de décadas “para enriquecer uma elite inescrupulosa”, em detrimento do povo brasileiro. Ele sugeriu que os bilhões destinados ao pagamento dos

juros dessa “enorme dívida” poderiam ser aplicados na recuperação da infra-estrutura nacional, em programas sociais, na alfabetização e na saúde. Na avaliação do senador, pagar juros para banqueiros internacionais é “uma vergonha” e uma situação que angustia o povo brasileiro.

O parlamentar acreano também relatou o encontro nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), realizado domingo passado na cidade do Rio de Janeiro, durante o qual os integrantes da legenda discutiram a atual conjuntura política nacional. Mesquita Júnior informou que o partido definiu dois “gritos de guerra” em que deve basear suas atividades: “Fora todos os corruptos!” e “Fim à política econômica de Lula!”



FARDO Mesquita Júnior afirma que o pagamento dos juros da dívida pesa nos ombros do brasileiro

Mesquita Júnior ponderou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não inventou a corrupção, entretanto “adotou um processo espúrio” que acontece no Brasil há muito tempo. Na sua avaliação, a cúpula do PT se apropriou do partido e as decisões dela não refletem a opinião de seus militantes. O parlamentar reafirmou o compromisso do PSOL de que todas as denúncias sejam investigadas rigorosamente.

### Votação da LDO é questão política, e não técnica

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) depende de um acordo político. A oposição tenta condicionar a aprovação da lei à continuidade dos trabalhos das CPIs durante o recesso de julho. Ou seja: se o governo quiser interromper os trabalhos das comissões nesse mês, a oposição poderá obstruir a votação da lei – desde que tenha parlamentares suficientes para isso –, mantendo o Congresso em funcionamento. Isso é possível porque a Constituição determina que, se o Parlamento não aprovar a LDO até 30 de junho, fica suspenso o recesso.

– Não queremos que o Congresso paralise suas atividades. Mas, se o governo não garantir a existência de quórum nas CPIs, então poderemos retardar a votação da LDO – afirmou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

#### “Pré-acordo”

O líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), disse ontem que há um “pré-acordo” entre governo e oposição, segundo o qual a lei seria votada até esta quinta-feira e as atividades das CPIs não seriam interrompidas durante o recesso.

– A LDO deverá ser votada no Plenário do Congresso até quinta-feira – disse o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

#### Mais de 2 mil propostas

Deputados e senadores apresentaram 2.545 propostas de emendas à LDO. Desse total, 740 foram aproveitadas pelo relator, o deputado federal Gilmar Machado (PT-MG).

Uma das alterações ao texto original – enviado pelo Executivo – foi o chamado “mecanismo de ajuste anticíclico”. Por meio desse instrumento, o governo poderá aumentar ou diminuir em 0,25 ponto percentual a meta de superávit fiscal, que é de 4,25% do produto interno bruto (PIB) para este ano.



# Armas de fogo matam mais do que guerras

■ Em 24 anos, no Brasil, óbitos superam em quatro vezes as mortes em 52 anos do conflito entre Israel e a Palestina

O número de óbitos causados por armas de fogo no Brasil é maior do que o de alguns países em conflito bélico: entre 1979 e 2003, foram mortas 550 mil pessoas, e nos 52 anos da disputa territorial entre Israel e a Palestina o número de vítimas foi de 125 mil. A afirmação foi feita pelo sociólogo e chefe do escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação,

Ciência e Cultura (Unesco) em Pernambuco, Julio Jacobo Waiselfisz, no lançamento de seu livro *Mortes matadas por arma de fogo no Brasil – 1979-2003*, ontem de manhã, no gabinete da Presidência do Senado.

– No Brasil não existe nenhum tipo de enfrentamento territorial com outros países, nenhum conflito étnico ou religioso, mas morre mais gente por arma de fogo – alertou.

O sociólogo salientou que um em cada três óbitos juvenis é motivado por armas, sendo essa a principal causa de morte de jovens brasileiros. As armas, disse ainda, matam 80% mais do que a Aids.

– Com um flagelo deste, ainda estamos discutindo se temos que proibir ou não a arma de fogo – argumentou Waiselfisz, citando um manual para forças de pacificação em áreas de conflito, segundo o qual a primeira medida para se pacificar um país é desarmar a população.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o estudo mostra dados incompatíveis com um país, com diversidade cultural pacífica e sem conflitos armados.

– Esses dados são por si só um grito de alerta ao Brasil. Parte da nossa juventude não terá chance se isso continuar. Ou o Brasil reage, ou os números

estatísticos vão aumentar.

O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, lembrou que é importante votar o projeto de decreto legislativo que autoriza a realização, em outubro, de referendo sobre a proibição de venda de armas de fogo e munição.

– A missão da Unesco é construir a paz. Mas é impossível falar em cultura de paz quando se tem uma situação de violência como a que o Brasil está vivendo – observou.

O representante do Movimento Viva Rio, Antonio Rangel Bandeira, ressaltou que, por influência do *lobby* das armas, a regulamentação do referendo

esteve “engavetada por oito meses” na Câmara e, se não for votada esta semana, deverá ser adiada para o próximo ano, correndo o risco de ser ignorada em período eleitoral.

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) apelou aos parlamentares para que votem ainda esta semana o projeto.

– Este ato é mais do que o lançamento de um livro, é um apelo ao presidente da Câmara para que honre a sua palavra no sentido de fazer a votação do decreto – assinalou.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Wirlande da Luz (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) também participaram do evento.

Fotos: Jane Araújo



**MOVIMENTO** Renan entre senadores e convidados: lançamento de estudo se transforma em ato pró-referendo

## Vigília para sensibilizar deputados

“Toda vez que se ouvir um estampido, um tiro na rua, só um lado ganha com isso: é a indústria e o comércio de armas de fogo. Eles criaram essa imagem do Brasil de campeão mundial de mortes por armas de fogo, e com essa imagem não dá mais para conviver.” A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o lançamento do livro *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil – 1979-2003*, que se transformou em ato público pela aprovação do projeto sobre a proibição da venda de armas de fogo no país.

Após o evento, Renan participou da abertura de uma vigília de prece contínua e jejum promovida pelas Igrejas Cristãs do Brasil, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, para

sensibilizar os parlamentares a votar o projeto de decreto legislativo (PDL 1.274/04).

A prorrogação da campanha de desarmamento até outubro é a oportunidade para tirar mais armas de circulação e intensificar a campanha pela proibição da venda, segundo Renan. Ele ressaltou que o Estatuto do Desarmamento é uma das referências mundiais no combate à violência e à criminalidade. O senador lembrou que 38% dos casos de morte de jovens são provocados por ferimentos com armas de fogo. As armas, frisou, provocam duas vezes e meia mais mortes que os acidentes de trânsito.

– Morrem no Brasil hoje 104 pessoas por dia por arma de fogo. Isso é uma pessoa a cada 14 minutos. É essa realidade

que temos que enfrentar com o desarmamento e a proibição da venda de armas. Esse mercado inescrupuloso não pode continuar – sustentou Renan.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) mostram que, como consequência da campanha do desarmamento, os gastos do sistema caíram 10,6% em relação ao ano passado, só no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a queda alcançou 7,8%.

– Os dados são dramáticos: o nosso país tem menos que 3% da população do mundo, entretanto registra anualmente mais de 10% das armas de fogo no planeta. As pessoas precisam entender que todos os países que tiraram armas de circulação tiveram como consequência a diminuição da criminalidade – argumentou.

## Queda de urgência em projetos pode favorecer referendo

O governo deve retirar a urgência de três projetos de lei que travam a pauta da Câmara, para auxiliar no esforço de aprovação naquela Casa, ainda esta semana, do projeto de decreto legislativo que prevê para outubro o referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo e munição no país. A informação é da Assessoria da Secretaria Geral da Mesa da Câmara.

Duas medidas provisórias também trancam a pauta e precisam ser votadas para que seja liberada a ordem do dia, possibilitando a apreciação do PDL 1.274/04, de autoria do presidente do Senado, Renan

Calheiros.

Durante o lançamento do livro *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil – 1979-2003*, ontem de manhã, Renan, mais uma vez, apelou para que a proposição fosse votada. O senador lembrou que o presidente daquela Casa, deputado Severino Cavalcanti, teria se comprometido em limpar a pauta para aprovar o projeto. Observou ainda que, apesar de o país estar vivendo uma crise política, os assuntos relacionados às denúncias de corrupção não podem desviar a atenção da sociedade de questão tão importante quanto o desarmamento.



## Renan recebe apelo por votação de convenção contra a tortura

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da organização não-governamental Associação para Prevenção de Tortura, Marco Mona, e a diretora, no Brasil, do Centro para a Justiça e o Direito Internacional, Beatriz Affonso. Eles fizeram apelo ao pre-

sidente a fim de que o Congresso vote o protocolo facultativo para a implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas Cruéis.

O texto tramita na Câmara dos Deputados e será encaminhado, em seguida, ao Senado.